

RELATÓRIO ANUAL 2025



**Global
Alliance**
of Territorial
Communities

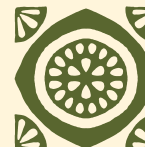


Publicado pela Aliança Global das Comunidades
Territoriais

Contato: contact@globalalliance.me

Site: www.globalalliance.me

*Relatório Anual Shandia 2025: Aliança Global das
Comunidades Territoriais (AGCT), 2026.*



Índice



Introdução p. 06

01. Plataforma Shandia:

Consolidando a ação coletiva em um cenário em transformação p. 08

02. Shandia na prática p. 20

- Visão geral da situação do financiamento para mecanismos territoriais p. 22
- Fundo Amazônia pela Vida p. 34
- Fundo Territorial Mesoamericano p. 42
- Fundo de Solidariedade dos Povos Indígenas da Ásia p. 50
- Fundo Jaguatá p. 56
- Fundo Nusantara p. 60
- Fundo Podáli p. 68
- Fundo REPALEAC p. 78

O caminho após a COP30 – das promessas à implementação

A COP30 marcou o fim de um capítulo importante na luta global dos povos indígenas e das comunidades locais. Após anos de *advocacy*, mobilização política e ação coletiva, algumas das demandas há muito defendidas por nossos povos agora se refletem em compromissos internacionais relacionados às florestas, ao clima e à biodiversidade. Essas conquistas não foram acidentais, nem inevitáveis. Elas são o resultado de décadas de organização, resistência e engajamento político levados a cabo por povos indígenas e comunidades locais em todo o mundo.

No entanto, a COP30 também revelou uma nova realidade: o desafio de garantir que esses compromissos sejam traduzidos em prática. Esse desafio vai muito além da mobilização de recursos adicionais. Exige uma revisão das premissas, procedimentos, estruturas de risco, sistemas de prestação de contas e arranjos de governança que continuam a moldar a forma como o financiamento chega aos territórios. Exige a construção de arquiteturas financeiras capazes de nos reconhecer, povos indígenas e comunidades locais, não como beneficiários de projetos, mas como titulares de direitos, tomadores de decisão e parceiros na governança dos recursos.

Se a última década foi dedicada, em grande parte, a demonstrar por que nós, povos indígenas e comunidades locais, devemos estar no centro dos esforços globais para proteger as florestas e a biodiversidade, a próxima década testará se governos, doadores e instituições internacionais estão dispostos a agir com base nesse reconhecimento, transformando os sistemas por meio dos quais os recursos fluem.

Com esse entendimento, a Aliança Global de Comunidades Territoriais (Global Alliance of Territorial Communities – GATC) lançou o Compromisso dos Povos (Peoples’ Pledge) como uma contribuição para a próxima fase dessa agenda global. O Compromisso dos Povos parte de uma premissa simples: se os governos, doadores e instituições internacionais levam a sério a implementação dos compromissos que assumiram, então a discussão deve ir além da questão do volume de financiamento disponível. O foco deve ser sobre as condições necessárias para que o financiamento seja eficaz, acessível, baseado em direitos e alinhado às realidades territoriais.

Isso inclui ampliar os canais diretos de financiamento territorial, investir nas instituições próprias dos povos indígenas e das comunidades locais, fortalecer os fundos territoriais, apoiar o desenvolvimento organizacional de longo prazo e reformar as práticas de financiamento que continuam a criar barreiras desnecessárias para os próprios povos e comunidades cuja liderança é hoje amplamente reconhecida. Em sua essência, porém, essa discussão requer uma mudança mais profunda de perspectiva. Os povos indígenas e as comunidades locais não são simplesmente partes interessadas nas agendas globais de clima e biodiversidade. Somos titulares de direitos. Nossos sistemas de governança, conhecimento, instituições e modos de vida não são obstáculos que precisam ser corrigidos para que possamos ter acesso ao financiamento. Eles estão entre os alicerces mais sólidos para enfrentar as crises climáticas, ecológicas e sociais que o mundo enfrenta atualmente.

É dentro dessa transição mais ampla — dos compromissos à implementação — que se insere o Relatório Shandia 2025. O relatório documenta os investimentos realizados pelos fundos territoriais da Plataforma Shandia ao longo de 2025, ao mesmo tempo em que examina as oportunidades, os desafios e as lacunas de financiamento que continuam a moldar o panorama das finanças territoriais. Pela primeira vez, o relatório vai além do acompanhamento dos recursos desembolsados e apresenta informações sobre a qualidade do financiamento recebido pelos mecanismos territoriais. Isso inclui a duração dos compromissos de financiamento, o equilíbrio entre o apoio institucional e o restrito a projetos, e as diferentes categorias de atores envolvidos no financiamento dos fundos territoriais, incluindo organizações filantrópicas, bilaterais, multilaterais e intermediárias.

Ao reunir essas experiências e dados, o relatório busca contribuir tanto para a transparência quanto para uma compreensão mais ampla das condições necessárias para tornar o financiamento territorial direto uma realidade. Em última análise, ele faz uma pergunta simples, mas crucial: o que ainda precisa mudar para que os compromissos assumidos em nível global se transformem em apoio significativo e sustentável aos povos indígenas e às comunidades locais no território?

Seção 1

Plataforma Shandia

Consolidando a ação coletiva em
um cenário em transformação



O ano de 2025 marcou uma importante transição para a Plataforma Shandia. Enquanto os anos anteriores foram dedicados em grande parte à construção das bases da plataforma, ao fortalecimento das relações entre os fundos territoriais e ao desenvolvimento de uma visão política compartilhada, **2025 foi caracterizado por uma ênfase crescente na ação coletiva, na coordenação política e no engajamento estratégico, com uma agenda global cada vez mais dinâmica sobre financiamento territorial direto.**



O ano transcorreu em meio a um contexto internacional em rápida mudança. Por um lado, os povos indígenas e as comunidades locais ganharam maior visibilidade nas discussões globais sobre clima e biodiversidade. Processos como o Compromisso Intergovernamental sobre a Posse da Terra (Intergovernmental Land Tenure Commitment – ILTC) no âmbito da Parceria de Líderes em Florestas e Clima (Forest and Climate Leaders’ Partnership – FCLP), as discussões em torno do Fundo “Tropical Forest Forever” (Tropical Forests Forever Fund – TFFF) e as negociações sobre um Compromisso renovado do Grupo de Financiadores da Posse Florestal (Forest Tenure Funders Group – FTFG 2.0) refletiram o crescente reconhecimento da importância dos direitos territoriais, da governança e do financiamento direto.

Ao mesmo tempo, surgiram incertezas significativas quanto ao futuro da cooperação internacional e do fi-

nanciamento climático. A saída ou o enfraquecimento de atores-chave do ecossistema de financiamento, as preocupações com a disponibilidade de recursos a longo prazo e os debates em andamento sobre o futuro rumo do financiamento direto criaram um ambiente complexo para os povos indígenas, as comunidades locais e as organizações de fundos territoriais. Essa combinação de oportunidades e incertezas reforçou a importância de fortalecer a coordenação coletiva e garantir que as perspectivas territoriais permanecessem presentes nos processos internacionais de tomada de decisão.

Nesse contexto, a Shandia organizou seu trabalho em torno de três objetivos estratégicos: **fortalecer os fundos territoriais e os processos de aprendizagem mútua; influenciar as discussões internacionais sobre financiamento climático e de biodiversidade; e monitorar e analisar os fluxos financeiros direcionados aos povos indígenas e às comunidades locais.**



Fórum Shandia 2025: lançamento do Compromisso dos Povos durante a COP30.



Reunião FTFG–GATC, NY 2025.

Um marco central de 2025 foi a consolidação da **Comunidade de Aprendizagem Shandia (Shandia Learning Community)** como um espaço estratégico para o intercâmbio entre pares, o fortalecimento institucional e a colaboração entre fundos territoriais, com o apoio da TINTA (The Invisible Thread). Ao longo do ano, o processo combinou concepção participativa, intercâmbios multilíngues, sessões virtuais e discussões práticas focadas no desenvolvimento institucional, captação de recursos, sustentabilidade, governança e estratégias de financiamento direto.

O processo teve início com uma fase de concepção participativa em Brazzaville e foi lançado oficialmente durante a Semana de Ação Climática de Londres (London Climate Action Week). Posteriormente, expandiu-se por meio de sessões virtuais e atividades vinculadas ao Fórum Shandia, em Belém, durante a COP30.

Além de suas dimensões técnicas, a Comunidade de Aprendizagem Shandia emergiu como um espaço para construir relacionamentos, trocar experiências e fortalecer a colaboração entre fundos que operam em contextos políticos, institucionais e territoriais muito diferentes. Os participantes relataram melhorias nas capacidades de captação de recursos, maior engajamento com doadores e oportunidades mais sólidas para reflexão coletiva sobre desafios comuns. Ao mesmo tempo, o processo reforçou uma lição importante: os fundos territoriais operam em realidades altamente diversas, e qualquer estratégia coletiva deve reconhecer essas diferenças, em vez de pressupor que existe um único caminho para o desenvolvimento institucional.

Uma segunda dimensão importante do **trabalho da Shandia em 2025 concentrou-se no envolvimento com**

processos internacionais fundamentais que moldam o futuro do financiamento territorial direto. Nas discussões em torno do Fundo “Tropical Forest Forever” (TFFF), a Shandia desempenhou um papel ativo nos debates relacionados ao Financiamento de Alocação Dedicada (Dedicated Allocation Finance), ajudando a trazer perspectivas territoriais para as conversas sobre a concepção e implementação de mecanismos de financiamento destinados a alcançar os povos indígenas e as comunidades locais.

No âmbito do processo da ILTC, a plataforma contribuiu para as discussões sobre como os compromissos relacionados aos direitos territoriais e à posse da terra poderiam ir além de declarações políticas e se integrar a caminhos práticos de implementação. Da mesma forma, a Shandia desempenhou um papel importante na facilitação da reflexão coletiva e da coordenação em torno do futuro do Compromisso do Grupo de Financiadores da Posse Florestal (FTFG Pledge), particularmente no que diz respeito à prestação de contas, ao financiamento direto e aos mecanismos de monitoramento do progresso.

Embora esses processos tenham diferido significativamente em escopo e finalidade, eles compartilhavam um desafio comum: garantir que as discussões realizadas em fóruns internacionais permanecessem conectadas às realidades, prioridades e experiências dos territórios. Ao longo do ano, a Shandia atuou cada vez mais como uma ponte entre esses dois níveis, ajudando a trazer as perspectivas territoriais para as conversas globais e, ao mesmo tempo, criando oportunidades para que os fundos territoriais compreendessem melhor e se envolvessem com os processos internacionais emergentes.



Fundos liderados por povos indígenas em parceria com o Land Tenure Pledge, NY 2025.



Fundos liderados por povos indígenas em parceria com o Land Tenure Pledge, LCAW 2025.



Reunião do Comitê Diretor Global do TFF, LCAW 2025.



Comunidade de Aprendizagem Shandia, Congresso Global das Bacias Florestais, Brazzaville 2025.



“A Comunidade de Aprendizagem e os espaços de engajamento com doadores foram reconhecidos como contribuições importantes para vincular a defesa política ao desenvolvimento institucional.”

Outro marco importante foi a organização do **Fórum Shandia e o lançamento do Compromisso dos Povos durante a COP30**. O Fórum reuniu fundos territoriais, povos indígenas e organizações comunitárias locais, doadores e parceiros para refletir sobre o futuro do financiamento direto e da governança territorial. Além de sua dimensão política, o Fórum também criou oportunidades práticas de colaboração por meio de discussões sobre captação de recursos, sessões de engajamento com doadores e intercâmbios entre fundos territoriais. Essas interações refletiram uma das características marcantes da Shandia: a capacidade de conectar a defesa política, o fortalecimento institucional e a colaboração prática em um único espaço.

O terceiro pilar do trabalho da Shandia em 2025 concentrou-se na geração e análise de conhecimento sobre os fluxos financeiros direcionados aos povos indígenas e às comunidades locais, particularmente por meio do processo do Relatório Shandia. A metodologia combinou coleta colaborativa de dados, entrevistas bilaterais, engajamento em campo e diálogo com fundos territoriais. Além de produzir informações, o processo contribuiu para discussões em andamento sobre como o financiamento direto deve ser compreendido, monitorado e avaliado a partir de perspectivas territoriais. À medida que os debates sobre o financiamento direto continuavam a evoluir internacionalmente, o

relatório tornou-se cada vez mais uma ferramenta de reflexão coletiva e posicionamento político entre as organizações participantes.

No final do ano, a Shandia conduziu um processo de avaliação envolvendo organizações membros da GATC e fundos territoriais participantes da plataforma. A avaliação proporcionou uma oportunidade para refletir sobre as conquistas, identificar desafios e definir prioridades para a próxima fase do trabalho.

Os participantes destacaram vários avanços positivos. Entre eles, destacaram-se o fortalecimento de uma agenda política compartilhada, o aumento da visibilidade internacional da Shandia, o crescente reconhecimento da liderança territorial nas discussões sobre clima e biodiversidade e o estreitamento dos laços entre os fundos territoriais. O Compromisso dos Povos foi frequentemente apontado como uma das conquistas estratégicas mais significativas do ano, enquanto a Comunidade de Aprendizagem e os espaços de engajamento com doadores foram reconhecidos como contribuições importantes para vincular a defesa política ao desenvolvimento institucional.

Ao mesmo tempo, a avaliação revelou desafios importantes. Várias organizações observaram que, apesar de terem conquistado maior acesso a espaços in-



“Em muitos aspectos, 2025 confirmou que a Shandia se tornou mais do que uma rede de fundos territoriais. Ela tem evoluído cada vez mais para uma plataforma por meio da qual os fundos territoriais podem articular prioridades compartilhadas, fortalecer a ação coletiva e se engajar em processos internacionais a partir de uma posição enraizada na experiência territorial.”

ternacionais de alto nível, os fundos territoriais e as organizações de povos indígenas e comunidades locais continuam a ocupar posições desiguais no ecossistema mais amplo do financiamento climático. Também foram levantadas preocupações quanto à quantidade significativa de energia política dedicada ao processo da TFFF ao longo do ano e à necessidade de garantir que as discussões sobre financiamento direto não ofusquem outras prioridades da agenda mais ampla da GATC.

Os fundos territoriais também destacaram desafios operacionais associados ao próprio crescimento da plataforma. À medida em que as expectativas em relação à coordenação, representação, apoio técnico e engajamento político continuam a se expandir, questões relacionadas à estrutura operacional, funções internas, sustentabilidade institucional e mecanismos de coordenação tornaram-se cada vez mais importantes. Várias organizações também enfatizaram a necessidade de fortalecer a articulação regional, aprofundar a comunicação com os atores territoriais e garantir que o engajamento internacional permaneça firmemente ligado às prioridades territoriais.

Olhando para o futuro, as expectativas para 2026 refletiram uma importante mudança de foco. Enquanto os anos anteriores foram amplamente dedicados à abertura de caminhos políticos para o financiamento territorial direto, a próxima fase exigirá cada vez mais a tradução dessas oportunidades em resultados práticos. As organizações enfatizaram a necessidade de fortalecer o apoio aos fundos territoriais em áreas como sistemas de gestão financeira, salvaguardas, captação de recursos, monitoramento, sustentabilidade institucional e desenvolvimento organizacional. Houve também forte interesse em promover abordagens territoriais de prestação de contas e monitoramento que complementem as estruturas orientadas pelos doadores.

Em muitos aspectos, 2025 confirmou que a Shandia se tornou mais do que uma rede de fundos territoriais. Ela tem evoluído cada vez mais para uma plataforma por meio da qual os fundos territoriais podem articular prioridades compartilhadas, fortalecer a ação coletiva e se engajar em processos internacionais a partir de uma posição enraizada na experiência territorial. Sustentar e aprofundar esse papel será fundamental para o próximo capítulo da plataforma.



Sessão de intercâmbio REPALAC.



Sessão de intercâmbio AMAN.

Seção 2

Shandia na prática

Visão geral da situação do
financiamento para mecanismos
territoriais



A análise apresentada nesta seção busca contribuir para as discussões em andamento sobre a situação do financiamento territorial direto e as condições sob as quais os mecanismos territoriais operam. O objetivo é identificar tendências, oportunidades e desafios persistentes que emergem das experiências dos fundos que atualmente compõem a Plataforma Shandia.

As conclusões baseiam-se em três fontes complementares de informação: (i) entrevistas bilaterais realizadas com cada fundo territorial durante a elaboração deste relatório; (ii) análise de relatórios anuais e documentos institucionais produzidos pelos fundos relativos às suas atividades de 2025; e (iii) uma pesquisa quantitativa focada em fluxos financeiros, fontes de financiamento, custos operacionais, qualidade do financiamento, flexibilidade e duração do financiamento.

Em conjunto, essas fontes oferecem uma perspectiva única sobre como os mecanismos territoriais estão acessando, gerenciando e redistribuindo recursos, bem como sobre as condições institucionais necessárias para sustentar e expandir o financiamento territorial direto.

Os fundos territoriais continuam a operar com estruturas extremamente enxutas

Juntos, os fundos que compõem a plataforma Shandia desembolsaram aproximadamente **US\$ 5,88 milhões durante 2025¹**. Em média, os custos operacionais representaram **25,2% dos orçamentos totais**.

Esse número merece uma análise cuidadosa. Por um lado, reflete uma escolha política deliberada feita pelos fundos para maximizar a proporção de recursos que chegam às comunidades e aos territórios. Por outro, destaca um subinvestimento persistente nas capacidades institucionais necessárias para sustentar e expandir o financiamento territorial ao longo do tempo.

Esses recursos operacionais não devem ser entendidos como despesas administrativas. Eles financiam

sistemas de governança, monitoramento e avaliação, salvaguardas, captação de recursos, gestão financeira, acompanhamento territorial, geração de conhecimento, processos de prestação de contas e desenvolvimento organizacional. Na prática, constituem a infraestrutura que torna possível o financiamento territorial direto.

À medida que se espera cada vez mais que os fundos territoriais desempenhem um papel central na implementação de compromissos globais relacionados ao clima, à biodiversidade e aos direitos territoriais, o fortalecimento dessas capacidades institucionais torna-se um investimento estratégico no ecossistema mais amplo de financiamento territorial.

¹ Os leitores que compararem os valores totais de desembolso apresentados neste relatório com os publicados na edição anterior poderão notar discrepâncias aparentes. Essas diferenças decorrem principalmente de ajustes metodológicos e melhorias nas práticas de prestação de contas, e não de uma redução direta nos investimentos territoriais. Como o primeiro Relatório Shandia foi elaborado no final de 2024, alguns fundos relataram investimentos que foram aprovados ou já estavam comprometidos para implementação durante os primeiros meses de 2025. Como resultado, uma parte das despesas que efetivamente ocorreu em 2025 já estava refletida nos números apresentados no relatório anterior. Além disso, como 2024 marcou o primeiro esforço coletivo para consolidar informações financeiras em toda a Plataforma Shandia, surgiram algumas inconsistências durante o processo de relatório. Em um caso, um fundo relatou recursos que haviam sido comprometidos, mas ainda não haviam sido desembolsados nem entrados em fase de implementação. Após uma revisão dos dados, esses números foram corrigidos no presente relatório. Por uma questão de transparência, acreditamos que seja importante reconhecer explicitamente esse ajuste. Essas experiências também serviram de base para uma importante decisão metodológica. A partir de 2025, a Shandia publicará seu relatório anual no meio do ano seguinte, permitindo tempo suficiente para que os dados financeiros sejam consolidados e verificados, reduzindo a probabilidade de sobreposições entre recursos comprometidos e desembolsados. Reconhecemos que o monitoramento dos fundos territoriais liderados por comunidades indígenas e locais por meio de uma estrutura comum de relatórios continua sendo um desafio. Os fundos operam em diferentes regiões, sistemas de governança, práticas de relatórios, abordagens de medição de impacto e capacidades institucionais. Ao mesmo tempo, a construção de uma base de evidências compartilhada que reflita essa diversidade é parte central da missão da Shandia. Os ajustes apresentados neste relatório devem, portanto, ser entendidos como parte de um esforço contínuo para fortalecer a transparência, a consistência e o aprendizado coletivo em toda a plataforma.

A flexibilidade continua sendo a exceção, e não a regra



Nenhum dos fundos relatou ter recebido financiamento predominantemente de longo prazo. Apenas um fundo identificou uma fonte de financiamento de longo prazo em sua carteira. De modo geral, o financiamento continua concentrado em doações de curto e médio prazo.

Além disso, **três dos fundos relataram receber predominantemente financiamento restrito, vinculado a projetos, atividades e resultados pré-definidos.** A flexibilidade limitada restringe a capacidade dos fundos de responder a prioridades emergentes, adaptar-se a contextos em rápida mudança e apoiar processos territoriais de longo prazo que raramente seguem os prazos impostos pelo financiamento baseado em projetos.

Exemplos recentes citados pelos fundos incluem a interrupção abrupta do financiamento da USAID na América Central e os impactos das crises humanitárias e de saúde em curso na Bacia do Congo. Em ambos os casos, as organizações territoriais enfrentaram desafios urgentes que não puderam ser facilmente resolvidos por meio de acordos de financiamento altamente restritos.

O financiamento flexível amplia a gama de modelos de financiamento possíveis

Duas exceções notáveis emergem da análise. Tanto o Fundo Nusantara (Nusantara Fund) quanto o Fundo de Solidariedade dos Povos Indígenas Asiáticos (Indigenous Peoples of Asia Solidarity Fund – IPAS) relataram ter recebido financiamento de apoio básico totalmente flexível. Curiosamente, esses mesmos fundos também são os únicos que não dependem de chamadas abertas como mecanismo de alocação de recursos. Em vez disso, as decisões de financiamento são tomadas por meio de estruturas e processos de governança definidos pelas próprias organizações e comunidades.

Embora não seja possível estabelecer uma relação causal direta, as experiências desses fundos sugerem que uma maior flexibilidade no nível dos doadores pode ampliar significativamente a gama de modalidades de financiamento disponíveis no nível territorial. A qualidade do financiamento recebido parece estar intimamente ligada à capacidade dos mecanismos territoriais de experimentar abordagens que respondam melhor às prioridades da comunidade e às realidades territoriais.

Os fundos territoriais estão oferecendo às comunidades condições que eles próprios não recebem

Uma das constatações mais marcantes desta avaliação é que **os fundos territoriais frequentemente tentam proporcionar às comunidades maior flexibilidade do que as próprias recebem dos doadores**. Apesar de operarem sob condições de financiamento altamente restritas, os fundos desenvolveram uma série de abordagens inovadoras para alinhar melhor o financiamento às realidades territoriais. **O Fundo Territorial Mesoamericano (Fondo Territorial Mesoamericano – FTM)** expandiu modelos de coimplementação com organizações territoriais. **O Fundo Podáali** combina editais abertos, prêmios para povos indígenas e mecanismos de apoio por convite. **O Fundo Amazônia pela Vida (Fondo Amazonia por la Vida – FAV)** desenvolve investimentos por meio de planejamento participativo e tomada de decisão em assembléias. **O Fundo REPALEAC (REPALEAC Fund)** tem experimentado editais abertos reversos, nos quais as organizações buscam ativamente as prioridades das comunidades, em vez de esperar que as comunidades disputem os recursos.

Essas experiências ilustram o papel que os fundos territoriais desempenham cada vez mais como tradutores culturais entre os requisitos da arquitetura internacional de financiamento e as realidades dos territórios indígenas e comunitários.

A demanda territorial continua a exceder os recursos disponíveis

Entre os diferentes fundos, uma mensagem surgiu de forma consistente: **a principal limitação não é a ausência de iniciativas, liderança ou capacidade territorial, mas a falta de recursos suficientes para atender à demanda existente**.

As evidências coletadas por meio de entrevistas e relatórios institucionais sugerem que **até um terço das iniciativas consideradas elegíveis para apoio acabam não sendo financiadas** devido a restrições de recursos. Isso aponta para um nível significativo de demanda territorial não atendida e reforça uma conclusão repetidamente enfatizada pelos líderes dos fundos: as comunidades estão apresentando propostas viáveis, as prioridades estão claramente identificadas e existe capacidade de implementação. **O que continua insuficiente é o volume de recursos disponíveis para apoiá-las**.



A filantropia continua sendo o principal impulsionador do financiamento territorial

Durante 2025, os fundos relataram relações com:



Embora esses números não revelem a proporção do financiamento fornecido por cada categoria, eles indicam claramente o papel central desempenhado atualmente pela filantropia e pelas organizações intermediárias no ecossistema de financiamento territorial.

Ao mesmo tempo, a predominância de atores filantrópicos não se traduziu necessariamente em um financiamento mais flexível. A maioria dos fundos continua a relatar subvenções de curto e médio prazo vinculadas a projetos e atividades específicos. Isso sugere que ainda há oportunidades significativas para que as organizações filantrópicas alinhem ainda mais suas práticas de financiamento às realidades dos processos territoriais, expandindo o apoio de longo prazo e sem restrições.

Impacto significativo apesar das restrições estruturais

Apesar de operarem nessas condições, os fundos territoriais continuam a gerar impactos significativos em diversas regiões e contextos.

Em 2025, os fundos apoiaram coletivamente aproximadamente 707 iniciativas lideradas por povos indígenas e comunidades locais. Essas iniciativas abordaram a proteção territorial, a governança dos povos indígenas, a liderança feminina, a participação juvenil, os sistemas de conhecimento tradicional, os meios de subsistência, a soberania alimentar, o fortalecimento organizacional, a resiliência climática e a resposta a emergências.

Além do número de projetos apoiados, as evidências reunidas neste relatório destacam uma contribuição mais ampla. Os fundos territoriais estão ajudando a fortalecer as instituições dos povos indígenas e das comunidades locais, a desenvolver lideranças, a sustentar sistemas de governança territorial e a criar caminhos pelos quais as comunidades possam definir e implementar suas próprias prioridades.

Os fundos apoiaram coletivamente aproximadamente 707 iniciativas

A próxima fronteira: financiamento bilateral e multilateral

A participação de atores bilaterais e multilaterais continua limitada. Isso reforça a necessidade de simplificar os processos de credenciamento, os requisitos fiduciários e os procedimentos de acesso, que continuam representando barreiras significativas para os mecanismos territoriais.

Ao mesmo tempo, vários fundos estão investindo ativamente nas capacidades necessárias para acessar diretamente essas fontes de financiamento. Os avanços alcançados em 2025 sugerem que essa tendência pode se acelerar nos próximos anos, especialmente à medida que os fundos territoriais continuam fortalecendo seus sistemas de governança, salvaguardas, estruturas de monitoramento e capacidades de gestão financeira.

Reflexão final

Embora os dados consolidados do FTFG para 2025 ainda não estejam disponíveis, as tendências observadas nos anos anteriores continuam sendo altamente relevantes. **O relatório do FTFG de 2024 documentou um aumento substancial no financiamento direto proveniente de doadores filantrópicos, passando de 3,8% em 2021 para 34% em 2024.** Durante o mesmo período, o financiamento direto proveniente de **doadores bilaterais diminuiu de 4% em 2023 para apenas 1,6% em 2024.**

As conclusões aqui apresentadas apontam para uma direção semelhante. **O desafio não é mais simplesmente aumentar o volume de recursos** que chegam aos povos indígenas e às comunidades locais. **A qualidade do financiamento** — sua flexibilidade, duração, acessibilidade e capacidade de fortalecer as instituições territoriais — **está se tornando igualmente importante.**

É importante ressaltar que essa transformação não pode depender exclusivamente dos fundos territoriais. Os povos indígenas e as comunidades locais têm demonstrado repetidamente sua capacidade de construir instituições, gerenciar recursos, governar territórios e gerar impactos duradouros. A responsabilidade agora recai também sobre os doadores, os governos e os mecanismos de financiamento emergentes. Promover o financiamento territorial direto requer não apenas instituições territoriais mais fortes, mas também sistemas de financiamento dispostos a adaptar suas próprias práticas, investir em capacidades de longo prazo e criar caminhos que respondam genuinamente às realidades territoriais.



Fundo Amazonía pela Vida

De proposta política a instrumento territorial amazônico

Quando apresentamos o **Fundo Amazônia pela Vida (FAV)** no Relatório Shandia de 2024, ele representava principalmente um compromisso político da Coordenadoria de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazonica – COICA) e das organizações dos povos indígenas da Amazônia para tornar o acesso direto ao financiamento climático uma realidade para a Bacia Amazônica. Naquela época, o desafio era abrir um caminho. Em 2025, o desafio tornou-se outro: construir as condições institucionais, técnicas e territoriais necessárias para trilhar esse caminho.

A conquista mais significativa do ano não se refletiu necessariamente no volume de recursos desembolsados, mas **na transformação do fundo em um mecanismo operacional capaz de conectar o financiamento internacional às prioridades territoriais sob a liderança dos povos indígenas**. Ao longo de 2025, a carteira regional foi estruturada, os primeiros projetos avançaram rumo à implementação e foi iniciado o processo de construção de uma arquitetura jurídica específica para apoiar o mecanismo. Na prática, o **FAV** deixou de ser apenas uma proposta defendida em fóruns internacionais e passou a demonstrar como o acesso direto pode funcionar quando as próprias organizações dos povos indígenas concebem, governam e implementam o processo.

Um dos principais compromissos do fundo em 2025 foi reconhecer que **o fortalecimento institucional não deve ser visto como um pré-requisito para o acesso a recursos, mas sim como um componente central do próprio trabalho do fundo**. Conforme destacado pelo fundo, os sistemas de cooperação internacional têm historicamente contado com intermediários externos para administrar recursos destinados aos povos indígenas, deixando muitas organizações territoriais excluídas das oportunidades de desenvolver as capacidades administrativas, financeiras e fiduciárias necessárias para administrar diretamente investimentos em grande escala.

Uma parte significativa dos esforços do **FAV** ao longo de 2025 foi, portanto, dedicada a mudar essa realidade. A abertura de contas bancárias específicas, o registro de signatários autorizados, o estabelecimento de sistemas administrativos e contábeis, a estruturação de equipes técnicas e o desenvolvimento de portfólios de projetos foram todos entendidos como investimentos estratégicos na autonomia territorial. Do ponto de vista do fundo, **fortalecer as capacidades institucionais das organizações de base é tão importante quanto financiar as atividades previstas nos projetos individuais**.

Os avanços alcançados em 2025 também começaram a se concretizar nos territórios. No **Peru**, o fundo promoveu a identificação e seleção de vinte e cinco empresas de bioeconomia em nove regiões amazônicas, organizadas em torno de sete cadeias de valor ligadas às economias dos povos indígenas. Na **Venezuela**, foram concluídas

avaliações territoriais, um estudo georreferenciado e quatro planos de restauração elaborados pelas próprias organizações dos povos indígenas. Na **Colômbia**, iniciaram-se os trabalhos no modelo territorial de Casas de Cultura Viva em seis departamentos, fortalecendo espaços dedicados à transmissão de conhecimento, à governança comunitária e à proteção da memória coletiva. Embora grande parte do portfólio permanecesse nos estágios iniciais de implementação, essas iniciativas estabeleceram os primeiros alicerces concretos para uma agenda de financiamento direto em toda a Amazônia, concebida a partir dos próprios Planos de Vida dos povos indígenas.

Esse trabalho se desenrolou paralelamente a outro desafio igualmente importante: a construção de mecanismos de transparência e prestação de contas que fortaleçam a autonomia organizacional, em vez de restringi-la. Ao longo de 2025, uma parte significativa dos esforços do **FAV** concentrou-se em traduzir as exigências dos doadores para as realidades territoriais amazônicas, criando pontes entre os sistemas de relatórios financeiros e as estruturas de governança dos povos indígenas.

Esse processo não ocorreu sem tensões. Um dos principais desafios enfrentados durante o ano foi conciliar os prazos da tomada de decisão baseada em assembléias com os cronogramas e procedimentos exigidos pelos doadores. Embora esse desafio não seja exclusivo do **FAV**, a diversidade de povos, territórios e contextos florestais em toda a Bacia Amazônica acrescenta camadas adicionais de complexidade. Também surgiram



© Fondo Amazonía por la Vida

“Talvez uma das lições mais importantes aprendidas pelo FAV em 2025 tenha sido que a força do fundo depende de sua capacidade de ouvir e se adaptar com base nas orientações dos próprios grupos territoriais.”



dificuldades operacionais. Em vários países, a abertura de contas bancárias demorou mais do que o esperado, enquanto os procedimentos fiduciários exigiram várias rodadas de revisão e adaptação. Em alguns casos, mudanças na liderança decorrentes de eleições internas exigiram ajustes nos procedimentos administrativos, a fim de garantir a continuidade sem comprometer a autonomia política das organizações participantes. Na implementação de iniciativas de bioeconomia, também persistiram obstáculos logísticos relacionados ao transporte, à infraestrutura e ao acesso a mercados adequados para os produtos dos povos indígenas.

Talvez uma das lições mais importantes aprendidas pelo **FAV** em 2025 tenha sido que **a força do fundo depende de sua capacidade de ouvir e se adaptar com base nas orientações dos próprios grupos territoriais**. Ao longo do ano, as organizações participantes identificaram limitações em certas concepções de projetos e solicitaram ajustes para responder melhor às prioridades

territoriais. Em vez de serem tratadas como obstáculos, essas críticas foram incorporadas como parte do próprio processo de fortalecimento do mecanismo.

Essa experiência também destacou outra questão fundamental. Os sistemas internacionais de monitoramento costumam se destacar na medição do que é administrativamente verificável, mas têm dificuldade em captar o que as próprias comunidades consideram mais significativo. A confiança entre as organizações, o fortalecimento da autogestão, a participação das mulheres, a transmissão intergeracional de conhecimento e a coesão social são dimensões centrais da vida dos povos amazônicos, mas raramente aparecem nos marcos de avaliação convencionais. Por essa razão, o desenvolvimento de indicadores de bem-estar dos povos indígenas e dos territórios tornou-se uma prioridade estratégica para o fundo. Esse trabalho avançou ao longo de 2025 e continuará a ser desenvolvido em 2026.

Olhando para trás, 2025 foi, acima de tudo, um ano de estabelecimento das bases para o Fundo Amazônia pela Vida. Foi um ano dedicado à construção das capacidades, dos sistemas e das estruturas institucionais necessárias para apoiar a implementação eficaz dos recursos nos próximos anos. Olhando para o futuro, espera-se que 2026 se concentre na consolidação desses esforços por meio da implementação integral da carteira regional, da formalização da estrutura fiduciária, do fortalecimento dos fundos nacionais e territoriais e da expansão dos desembolsos em toda a Bacia Amazônica.



Fundo Amazônia pela Vida em números

O FAV baseia-se em um compromisso inicial de contribuição de US\$ 10.000.000 para o Fundo e seus planos de implementação territorial, provenientes do Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund) e de mecanismos de doadores múltiplos facilitados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que atua como facilitador fiscal do Fundo.

Durante 2025, a carteira regional
comprometeu aproximadamente

USD 8,600,000

em dez projetos nacionais e regionais.



O FAV recebe principalmente

**financiamento
de médio prazo**

(2–4 anos)

Os desembolsos efetivos em 2025 ainda foram modestos, uma vez que a maioria dos projetos se encontrava em fase de pré-condições ou de concepção. A execução concreta concentrou-se em dois projetos em andamento:

AIDSEP (Peru),
com cerca de
**USD 118.000
executados**
(12% do projeto) e cerca de
US\$ 140.000 adicionalmente
comprometidos

ORPIA (Venezuela),
com cerca de
**USD 100.000
executados**
(50% do projeto) e
cerca de US\$ 35.000
comprometidos



Total executado/desembolsado no período:

USD 218,000

Fundo Territorial Mesoamericano



Reinventando-se para apoiar os territórios

No Relatório Shandia de 2024, destacamos como as desigualdades regionais no financiamento climático afetam a Mesoamérica, com base tanto nas conclusões do Relatório Anual do FTFG quanto, mais importante ainda, nas experiências vividas pelos povos indígenas e pelas comunidades locais em toda a região. **O que o Fondo Territorial Mesoamericano** passou em 2025 foi ainda mais desafiador.

A retirada abrupta da USAID representou um grande golpe para o fundo e para muitos povos indígenas e organizações comunitárias locais em toda a região. Mais do que um evento isolado, esse processo refletiu claramente mudanças geopolíticas mais amplas e seus impactos diretos no financiamento destinado aos povos indígenas e às comunidades locais. Como o próprio fundo resumiu: “Este foi um ano difícil”. **A redução nos investimentos diretos — de US\$ 895.000 em 2024 para US\$ 280.000 em 2025 —** reflete tanto os desafios do contexto mais amplo quanto a notável capacidade das organizações territoriais de se adaptar e se reinventar.

Em resposta a essa crise, o **Fondo Territorial Mesoamericano** iniciou um importante processo de reorganização institucional e financeira, buscando diversificar suas fontes de financiamento e fortalecer suas capacidades



operacionais. De acordo com o **FTM**, as alianças internacionais promovidas por meio da Shandia e da GATC foram fundamentais durante esse período, ajudando a sustentar a capacidade operacional mínima do mecanismo durante os meses mais críticos após o encerramento da USAID.

Ao longo de 2025, todos os recursos recebidos pelo fundo foram de curto prazo. Vinte por cento correspondiam a apoio básico, enquanto oitenta por cento consistiam em financiamento vinculado a projetos específicos. Essa realidade destaca um dos principais dilemas que os fundos territoriais enfrentam atualmente: **como construir capacidades institucionais sólidas em um contexto caracterizado por financiamento de curto prazo, incerto e altamente condicionado?** Como sustentar equipes, sistemas de governança, processos de monitoramento e acompanhamento territorial quando os recursos chegam de forma fragmentada e sob lógicas administrativas que muitas vezes não se alinham às realidades e aos prazos territoriais?

Apesar desses desafios, o fundo obteve avanços significativos na ampliação de parcerias e na obtenção de novas fontes de financiamento. **Uma das conquistas mais importantes de 2025 foi a assinatura de seu primeiro acordo com a cooperação oficial da União Europeia por meio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo – AECID),** possibilitando o apoio a sete projetos no âmbito do Programa das Cinco Grandes Florestas da Mesoamérica (Iniciativa de las Cinco Grandes Selvas de Mesoamérica) para o período de 2026–2027. Ao mesmo tempo, o **FTM** foi selecionado em novos processos de financiamento multilateral, incluindo a **Iniciativa Coração da Conservação (Heart of Conservation Initiative – HCI)** e o **8º. Ciclo de Financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF-8)**. Neste último caso, o **Fundo Territorial Mesoamericano** superou com sucesso um processo altamente competitivo envolvendo mais de 800 candidatos antes de ser finalmente aprovado.



O **FTM** enfatiza particularmente a importância dessas novas fontes de financiamento, incluindo recursos dedicados à equipe responsável pelo cumprimento dos requisitos administrativos e fiduciários associados aos mecanismos multilaterais. Sua experiência destaca mais uma vez uma questão central nas discussões sobre financiamento direto: o acesso a recursos internacionais em grande escala também requer investimentos reais em capacidades operacionais, administrativas e de gestão.

Entre os avanços mais importantes do fundo em 2025 está a institucionalização de seu trabalho com mulheres e jovens. Acordos desenvolvidos em conjunto com

a **Coordenação Mesoamericana de Líderes Territoriais Femininas (Coordinadora de Mujeres Líderes Territoriales de Mesoamérica – CMLT)** fortaleceram a linha de financiamento dedicada a mulheres e jovens, formalizada por meio da Lei do Panamá de 20 de outubro de 2025. Segundo o fundo, esse processo gerou benefícios coletivos em toda a estrutura territorial mais ampla: quando as mulheres avançam, todos avançam.

Outro marco estratégico foi a concepção e implementação do Sistema de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação (Acompañamiento, Monitoreo, Evaluación, Colaboración, Aprendizaje y Adaptación – AMECLA),



© Fondo Territorial Mesoamericano



© FTM, César Arroyo



© Fondo Territorial Mesoamericano

juntamente com a **transformação da Associação Mesoamericana de Povos e Florestas (Asociación Mesoamericana de Pueblos y Bosques – AMPB) em uma organização legalmente registrada**. Esse processo representa uma oportunidade concreta de reduzir gradualmente a dependência de patrocinadores fiscais, diminuindo os custos de transferência e, ao mesmo tempo, fortalecendo as capacidades operacionais internas. No entanto, o fundo enfatiza que se trata de um processo de médio a longo prazo que ainda requer medidas institucionais adicionais. Os patrocinadores fiscais provavelmente continuarão sendo necessários para algumas das fontes de financiamento mais complexas, particularmente aquelas originárias de mecanismos bilaterais e multilaterais.

Nesse sentido, o fundo também chama a atenção para uma questão frequentemente negligenciada nas discussões internacionais. Os patrocinadores fiscais cumprem uma importante função financeira e administrativa, mas a implementação territorial, o monitoramento, o acompanhamento político e o fortalecimento organizacional exigem algo totalmente diferente: estruturas profundamente enraizadas nos territórios e capazes de responder às suas realidades e dinâmicas específicas.

Olhando para o futuro, as expectativas para 2026 concentram-se em começar a colher os frutos desse esforço coletivo — um esforço que foi cultivado em meio às dificuldades de 2025 e sustentado por meio da persistência, da coordenação e da notável capacidade de reinvenção demonstrada pelos povos e territórios da Mesoamérica.

Por essa razão, investir nas capacidades do **Fundo Territorial Mesoamericano** significa muito mais do que fortalecer uma única instituição. Significa investir nas capacidades de centenas de povos indígenas e comunidades locais em toda a Mesoamérica. O **FTM** atua como um verdadeiro multiplicador territorial, conectando organizações, capacitando pessoas e criando pontes entre o financiamento internacional e as realidades comunitárias. Nesse contexto, a filantropia flexível continua a desempenhar um papel essencial, particularmente no apoio a processos institucionais de longo prazo que muitas vezes enfrentam dificuldades para obter apoio suficiente por meio de grandes mecanismos de financiamento internacionais.

Os esforços de mobilização de recursos empreendidos pelo fundo ao longo de 2025 demonstram precisamente essa capacidade de coordenação, adaptação e reinvenção constante. Ao mesmo tempo, eles oferecem uma lição importante para o debate global mais amplo sobre financiamento direto. Os avanços internacionais são essenciais, mas só são significativos quando as organizações territoriais são capazes de se engajar neles coletivamente. Como refletiu o Fundo: **“Sozinhos, somos invisíveis; juntos, por meio da Shandía, somos vistos.”**

FTM em números



USD 1.293 milhão

desembolsado para iniciativas territoriais e ações lideradas pela comunidade em toda a Mesoamérica.



Portfólio de financiamento composto por:

20%

apoio básico

80%

financiamento restrito

Financiamento predominantemente de curto prazo

destacando os desafios contínuos para o planejamento de longo prazo e a sustentabilidade institucional

56,405

pessoas beneficiadas diretamente por meio das iniciativas apoiadas

191,806

pessoas beneficiadas indiretamente em toda a Mesoamérica.

4.38 milhões de hectares

sob gestão e administração comunitárias



USD 550,000

desembolsados para iniciativas lideradas por mulheres



USD 100,000

desembolsados para iniciativas lideradas por jovens

Fundo de Solidariedade dos Povos Indígenas da Ásia

Da concepção à implementação

No Relatório Shandia de 2024, destacamos o surgimento do **Fundo IPAS** como um dos mais novos mecanismos de financiamento territorial dentro da Aliança Global das Comunidades Territoriais. Naquela fase, o fundo ainda dava seus primeiros passos. A abertura de sua conta bancária, a aprovação de seus primeiros subsídios e a criação de seis Comitês Diretores Nacionais marcaram o início de um esforço ambicioso para construir um mecanismo de financiamento liderado por povos indígenas, capaz de responder às realidades e prioridades dos povos indígenas em toda a Ásia.

Se 2024 foi o ano da construção das bases, 2025 foi o ano da colocação dessa estrutura em prática. Ao longo do ano, o fundo passou da fase de concepção para a de implementação. Sete novos Comitês Diretores Nacionais foram criados, elevando para treze o número de países com Comitês. Dois ciclos de subvenções foram concluídos, e mais de 80 subvenções diretas foram aprovadas em nove países.

No entanto, **para o IPAS**, a importância de **2025** não pode ser medida apenas pelo número de subsídios aprovados ou de países envolvidos. O ano **representou um teste crucial para verificar se um modelo de governança baseado na liderança dos povos indígenas, na tomada de decisão coletiva**



© IPAS



© IPAS

“IPAS nos lembra que a eficácia do financiamento direto não pode ser medida apenas pelo volume de recursos desembolsados. Governança, legitimidade e confiança são fundamentais.”

e nas prioridades territoriais poderia funcionar de forma eficaz em alguns dos contextos mais diversos do mundo em termos políticos, culturais e geográficos.

Os Comitês Diretores Nacionais continuam sendo o cerne dessa experiência.

Embora o secretariado do **IPAS** seja composto por apenas quatro funcionários, a estrutura de governança do fundo se estende muito além de seus limites organizacionais formais. **Mais de 120 líderes de povos indígenas participam diretamente dos processos de tomada de decisão por meio dos comitês.** Seu papel vai além de analisar propostas ou alocar recursos. Eles ajudam a identificar prioridades territoriais, definir estratégias de financiamento, garantir que os critérios de inclusão sejam respeitados, mediar tensões locais e manter a conexão entre os recursos financeiros e as realidades das comunidades.

Esse modelo representa um afastamento deliberado de muitas abordagens convencionais de financiamento. O **IPAS** não opera por meio de chamadas abertas para propostas. Em vez disso, as decisões de financiamento são tomadas pelos próprios Comitês Diretores Nacionais. Compostos por líderes reconhecidos dos povos indígenas, os comitês aplicam critérios relacionados ao equilíbrio territorial, à inclusão de gênero, à participação dos jovens, à representação de pessoas com deficiência e à distribuição geográfica. O resultado é um processo que busca colocar o poder de decisão o mais próximo possível das próprias comunidades.

Essa abordagem também permite que o fundo responda de forma mais eficaz a realidades que muitas vezes são invisíveis para os doadores internacionais. Em alguns casos, os recursos devem ser entregues fisicamente porque as comunidades beneficiárias não têm acesso a serviços bancários. Em outros, o Comitê Diretor Nacional decidiu dividir os recursos entre várias iniciativas menores, em vez de concentrá-los em um único recurso. Do ponto de vista de um doador convencional, tais decisões podem parecer ineficientes. Do ponto de vista das próprias comunidades, no entanto, elas frequentemente representam formas mais equitativas e legítimas de distribuir recursos.

As realidades enfrentadas pelo **IPAS** tornam sua missão particularmente complexa. A Ásia abriga uma diversidade de povos indígenas, sistemas políticos, marcos jurídicos e experiências históricas. O fundo atua em países onde os direitos dos povos indígenas gozam de diferentes níveis de reconhecimento e proteção, e onde as condições políticas podem variar drasticamente.

A formação de Comitês Diretores Nacionais nesses contextos é, portanto, um processo profundamente político. Em vários países, as organizações de povos indígenas nunca haviam participado anteriormente de mecanismos de financiamento territorial desse tipo. Os membros dos comitês tiveram que desenvolver práticas de governança, procedimentos de tomada de decisão e sistemas de prestação de contas, ao mesmo tempo em que lidavam com tensões políticas e divisões históricas existentes.



Por essa razão, o fortalecimento de capacidades ocupa um lugar central na estratégia do **IPAS**. Ao contrário de muitas iniciativas internacionais de financiamento que tratam isso como uma atividade secundária, o **IPAS** considera-o um investimento essencial no futuro do financiamento liderado por povos indígenas. Esforços significativos têm sido dedicados ao fortalecimento das capacidades dos membros dos Comitês Diretores Nacionais em áreas como elaboração de propostas, elaboração de relatórios, governança, gestão financeira e planejamento estratégico.

Outra característica distintiva do **fundo é seu compromisso com a inclusão**. Mulheres, jovens e pessoas com deficiência contam com linhas específicas de financiamento nas verbas concedidas pelo **IPAS**. Merece destaque especial a atenção dada às pessoas com deficiência. **Foram criadas verbas específicas para**

apoiar sua participação e iniciativas, abordando uma dimensão da inclusão que permanece amplamente ausente da maioria dos mecanismos internacionais de financiamento relacionados ao clima, à conservação e aos direitos dos povos indígenas.

O **IPAS** reconhece a necessidade de ampliar as capacidades operacionais do fundo. No entanto, o fundo tem um caminho claro para fazê-lo, entendendo que o crescimento não deve ocorrer às custas de seus princípios. Em um momento em que as discussões internacionais se concentram cada vez mais na ampliação do financiamento para o clima e a biodiversidade, o **IPAS** nos lembra que a eficácia do financiamento direto não pode ser medida apenas pelo volume de recursos desembolsados. Governança, legitimidade e confiança são fundamentais. **“Começamos pequeno, mas começamos da maneira certa.”**

IPAS em números

107

Iniciativas apoiadas

USD 747,000

desembolsados na Ásia

13

Países

USD 845,000

alocados em janelas de financiamento por país e por setor, incluindo apoio específico para mulheres, jovens e pessoas com deficiência



6 subsídios
USD 35,000

concedidos diretamente por
meio do Comitê Setorial das
Mulheres



5 subsídios
USD 33,000

concedidos diretamente por
meio do Comitê Setorial da
Juventude



100%
do financiamento

recebido como apoio básico,
proporcionando flexibilidade
significativa na alocação e na
implementação



1-2 anos

Recursos recebidos predominantemente por
meio de subvenções de curto prazo

Fundo Jaguatá



Construindo as bases de um novo mecanismo de financiamento indígena no Brasil

Para o **Fundo Jaguatá**, o ano de 2025 marcou a transição para uma nova fase. Enquanto os anos anteriores foram dedicados ao desenvolvimento da visão política da iniciativa no âmbito do movimento dos povos indígenas e por meio dos esforços de advocacy nacionais e internacionais da **Articulação de Povos Indígenas do Brasil – APIB**, o ano de 2025 **concentrou-se na construção das bases institucionais necessárias para que o fundo se tornasse operacional**.

Em novembro, o fundo **nomeou** formalmente **seu primeiro Conselho Executivo**, marcando um marco importante na consolidação de uma iniciativa **que surgiu não apenas do reconhecimento das desigualdades enfrentadas pelos povos indígenas no acesso ao financiamento climático, mas também da distribuição desigual de recursos dentro do próprio Brasil**. Como um país com uma população de povos indígenas vasta, diversificada e geograficamente dispersa, o Brasil continua enfrentando disparidades significativas na forma como o financiamento chega aos territórios dos povos indígenas, muitas vezes dependendo do bioma em que as comunidades estão localizadas. **O Fundo Jaguatá foi criado em resposta a essa realidade**, com a ambição de se tornar um mecanismo capaz de promover uma distribuição mais equilibrada de recursos por meio de uma visão integrada dos povos indígenas e de seus territórios.

“O desafio que se apresenta é **transformar os princípios que inspiraram a criação do fundo em instrumentos concretos, capazes de apoiar organizações, comunidades e territórios dos povos indígenas em todo o Brasil. Ao fazer isso, o Fundo Jaguatá começará a demonstrar como um mecanismo de financiamento liderado pelos povos indígenas pode contribuir não apenas para ampliar o acesso a recursos, mas também para fortalecer a solidariedade, a coordenação e a equidade territorial no âmbito mais amplo do movimento dos povos indígenas.**”

Como parte de seu processo de consolidação, uma **das principais discussões do fundo ao longo de 2025 centrou-se na** definição do papel que o Jaguatá pretende desempenhar no âmbito mais amplo do movimento dos povos indígenas no Brasil. Essas reflexões levaram ao **desenvolvimento de uma missão, princípios de governança e áreas prioritárias de ação** voltadas para o fortalecimento das organizações dos povos indígenas, o apoio a respostas de emergência, o avanço da mobilização pelos direitos coletivos e o fomento de iniciativas econômicas territoriais.

Um princípio fundamental que orientou essas discussões foi o entendimento de que **o Fundo Jaguatá não surgiu isoladamente. Pelo contrário, ele faz parte de um ecossistema mais amplo de fundos e mecanismos de financiamento dos povos indígenas que vem se formando em todo o Brasil nos últimos anos.** Desde sua criação, o fundo tem buscado se posicionar como um ator complementar dentro desse ecossistema, contribuindo para o desenvolvimento de uma infraestrutura financeira liderada pelos povos indígenas e, ao mesmo tempo, fortalecendo a colaboração com iniciativas já existentes. Nesse sentido, apoiar outros fundos de

povos indígenas e construir relações baseadas na complementaridade, e não na competição, tornou-se um princípio determinante de seu desenho institucional.

Se **2025 foi principalmente um ano de construção institucional, espera-se que 2026 marque o início da implementação.** O próximo ano verá o lançamento dos primeiros mecanismos de apoio do fundo e oferecerá uma oportunidade para testar, na prática, os arranjos de governança, os critérios de financiamento e os sistemas operacionais desenvolvidos ao longo desse período de formação.

O desafio que se apresenta é transformar os princípios que inspiraram a criação do fundo em instrumentos concretos, capazes de apoiar organizações, comunidades e territórios dos povos indígenas em todo o Brasil. Ao fazer isso, **o Fundo Jaguatá** começará a demonstrar como um mecanismo de financiamento liderado pelos povos indígenas pode contribuir não apenas para ampliar o acesso a recursos, mas também para fortalecer a solidariedade, a coordenação e a equidade territorial no âmbito mais amplo do movimento dos povos indígenas.



© Fundo Jaguatá



© Fundo Jaguatá

Fundo Nusantara



Aprendendo com a prática

Se 2024 marcou o primeiro ano completo de operações **do Fundo Nusantara**, **2025 tornou-se um ano de avaliação e adaptação**. Em vez de se concentrar principalmente na expansão, o fundo dedicou esforços significativos à compreensão dos resultados de seus primeiros ciclos de financiamento e à identificação das condições que permitem que iniciativas territoriais gerem impactos duradouros. De muitas maneiras, 2025 foi um ano de aprendizado com a prática.

O Fundo Nusantara ocupa um lugar específico no ecossistema dos fundos territoriais. Ao contrário de muitos mecanismos de financiamento, **ele não opera por meio de chamadas abertas para propostas**. As decisões de financiamento são tomadas coletivamente por seus órgãos de governança, permitindo que os recursos sejam direcionados de forma mais estratégica para as prioridades identificadas pelos povos indígenas, camponeses, pescadores, mulheres e organizações de jovens que constituem a espinha dorsal do fundo. Ao mesmo tempo, **aproximadamente 15% do financiamento foi alocado a organizações além dos membros fundadores**, criando oportunidades para ampliar o apoio e, ao mesmo tempo, manter uma forte conexão com os movimentos que deram origem ao fundo.

Um marco central de 2025 foi a conclusão de uma avaliação abrangente do primeiro ciclo de implementação do fundo. Desenvolvida coletivamente por meio de um processo em várias etapas envolvendo as três organizações fundadoras, a avaliação buscou compreender os impactos gerados pelas iniciativas apoiadas sob as perspectivas ecológica, política e econômica.

Mais importante ainda, **ela criou um marco comum para discutir como se configura, de fato, um impacto significativo nos contextos territoriais.**

O processo gerou uma importante percepção. **Embora relatórios financeiros e resultados das atividades continuem sendo necessários, muitas vezes eles não conseguem captar as transformações que as próprias comunidades consideram mais significativas.** Em diferentes territórios, alguns dos resultados mais importantes estavam ligados não à infraestrutura física ou aos resultados concretos dos projetos, mas ao fortalecimento dos processos sociais dentro das comunidades.

O desenvolvimento de lideranças, a renovação geracional, a participação ativa de mulheres e jovens, uma governança organizacional mais sólida e a preservação do conhecimento local emergiram como elementos-chave para explicar por que certas iniciativas continuaram gerando resultados além de seu escopo original. Em comunidades onde esses processos sociais eram mais fortes, os projetos frequentemente evoluíram para novas ações coletivas, gerando benefícios sociais e econômicos mais amplos do que inicialmente previsto.

Essas constatações levaram o fundo a refletir não apenas sobre como os impactos são medidos, mas também sobre como o apoio é estruturado. Um dos resultados mais concretos da avaliação foi a decisão de revisar a duração dos ciclos de financiamento. Os períodos de implementação anteriores frequentemente exigiam que as organizações adaptassem seu trabalho a prazos de financiamento relativamente curtos. A avaliação demonstrou que as comunidades eram capazes de lidar com períodos de implementação mais longos e que

muitos dos processos apoiados pelo fundo precisavam de tempo para amadurecer. Como resultado, **o Fundo Nusantara adotou um modelo de implementação de um ano, proporcionando às organizações parceiras maior flexibilidade para desenvolver atividades, responder a mudanças nas circunstâncias e fortalecer os processos sociais que sustentam os impactos de longo prazo.**

A avaliação também gerou uma série de lições mais amplas para a programação futura. Em primeiro lugar, o apoio deve ir além das atividades técnicas e da execução de projetos. Investimentos no desenvolvimento de lideranças, na formação de quadros, em estruturas de governança e no fortalecimento organizacional são essenciais para que as iniciativas sobrevivam além do envolvimento de indivíduos específicos. **Em segundo lugar, mecanismos flexíveis de financiamento continuam sendo fundamentais.** As realidades territoriais são moldadas por conflitos, mudanças ambientais, condições políticas em constante mudança e oportunidades inesperadas, exigindo que as organizações adaptem suas estratégias sem perder o foco em seus objetivos de longo prazo.

Em terceiro lugar, a participação ativa de mulheres e jovens surgiu como um fator decisivo para a sustentabilidade das iniciativas. Em diversos territórios, mulheres e as gerações mais jovens desempenharam papéis centrais em atividades econômicas coletivas, processos de educação comunitária, defesa territorial e esforços de advocacy. Em quarto lugar, a documentação do conhecimento local, das histórias territoriais, das práticas de gestão de recursos naturais e das experiências comunitárias provou ser muito mais do que um exercício administrativo. Esses processos fortaleceram





a identidade coletiva, apoiaram os esforços de advocacy e criaram importantes recursos de aprendizagem para as futuras gerações.

Por fim, a avaliação destacou a importância das redes de solidariedade. Os intercâmbios entre comunidades, as parcerias com organizações de apoio e a colaboração entre setores fortaleceram consistentemente as iniciativas locais e aumentaram sua capacidade de responder a pressões externas cada vez mais complexas.

O processo de avaliação foi acompanhado por esforços para institucionalizar a aprendizagem. Durante 2025, **o Fundo Nusantara desenvolveu um protocolo comum de monitoramento e avaliação de impacto, compartilhado entre as três organizações fundadoras.** Um novo sistema de gestão do conhecimento também foi estabelecido e integrado à estrutura de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (Monitoreo, Evaluación y Aprendizaje Integrado Dana Nusantara – MEL) do fundo. Ao longo do ano, foram realizadas atividades de monitoramento com 31 parceiros-chave, com foco no andamento da implementação, nos desafios encontrados, na participação de mulheres e jovens e na transparência no uso dos recursos. Juntos, **esses sistemas visam garantir que a aprendizagem futura não seja gerada apenas no final dos ciclos de financiamento, mas de forma contínua ao longo da implementação.**

A prestação de contas também continuou sendo uma prioridade central. Entre maio e julho de 2025, **o Fundo Nusantara** realizou uma auditoria independente de sua gestão financeira de 2024. A auditoria analisou fluxos financeiros, relatórios dos parceiros e ativos institucionais, servindo tanto como um mecanismo de

prestação de contas perante as comunidades quanto como uma demonstração de transparência para o público em geral. A auditoria concluiu que a gestão financeira do fundo atendeu a um padrão “razoável”, reforçando o compromisso da instituição com a administração responsável dos recursos.

Paralelamente a esse processo de reflexão e consolidação, **2025 também foi um ano de conquistas significativas na captação de recursos.** Até o final do ano, **o Fundo Nusantara havia garantido compromissos que totalizavam mais de US\$ 10 milhões de um grupo diversificado de parceiros filantrópicos.** Os doadores existentes ampliaram seu apoio, novas parcerias foram estabelecidas e **o fundo obteve um importante compromisso da Florestas, Pessoas, Clima (Forests, People, Climate – FPC) para apoiar trabalhos futuros a partir de 2026.** O ano também testemunhou o crescimento contínuo do mecanismo de dotação do fundo, que atingiu US\$ 1,5 milhão e deverá desempenhar um papel cada vez mais importante na garantia da sustentabilidade de longo prazo.

Olhando para trás, **2025 foi um ano dedicado a compreender o que havia sido aprendido durante os primeiros anos de implementação do fundo e a adaptar seus sistemas de acordo com essas lições.** O desafio para **2026 será levar adiante essas lições, ao mesmo tempo em que se continua a ampliar o apoio.** Com sistemas de monitoramento mais robustos, períodos de implementação mais longos, compromissos financeiros crescentes e uma compreensão mais clara do que as próprias comunidades consideram uma mudança significativa, **o Fundo Nusantara** entra em sua próxima fase com uma base mais sólida para continuar apoiando as comunidades de povos indígenas na Indonésia.

Fundo Nusantara em números



USD 1.147 milhão

desembolsado por meio de repasse de recursos para iniciativas lideradas por povos indígenas, camponeses, pescadores, mulheres e jovens



O único

fundo da Shandia que relata acesso a uma fonte de financiamento de longo prazo



100%

do financiamento recebido como apoio geral, com decisões de alocação determinadas pelas estruturas de governança do Fundo Nusantara

1.01 milhão

de hectares de territórios mapeados

1.39 milhão

de hectares de territórios formalmente reconhecidos ou registrados.

3.7 milhão

de hectares sob iniciativas de restauração e reabilitação

183 empreendimentos comunitários apoiados

gerando um valor econômico estimado em 742 bilhões em Rúpias Indonésias (IDR)

144 centros comunitários

de educação e fortalecimento de movimentos apoiados gerando impactos estimados em 5,5 milhões de pessoas



30% do total anual de recursos repassados

destinados a iniciativas lideradas por mulheres



20% do total anual de recursos

destinados a iniciativas lideradas por jovens

Fundo Podáali



Conectando oportunidades globais às prioridades territoriais

Para o Fundo Podáali, 2025 foi um ano de expansão e consolidação. Em um contexto marcado pela realização da COP30 na Amazônia brasileira, o fundo assumiu um papel cada vez mais ativo na conexão das agendas globais de clima e biodiversidade com as prioridades definidas pelos povos indígenas em seus territórios. Mais do que simplesmente participar de debates internacionais, o desafio foi transformar essas discussões em oportunidades concretas para fortalecer a proteção territorial, a governança dos povos indígenas e o acesso direto aos recursos em toda a Amazônia brasileira.

Ao longo do ano, **o Fundo Podáali** esteve diretamente envolvido em vários processos preparatórios fundamentais que antecederam a COP30. O fundo participou da Pré-COP Nacional dos Povos Indígenas do Brasil, que reuniu representantes dos povos indígenas de todo o país e da coalizão internacional G9 da Bacia Amazônica (grupo de nove países da Amazônia Indígena ou *G9 de la Amazonía Indígena*) para elaborar uma proposta de Contribuição Nacionalmente Determinada (Nationally Determined Contribution – NDC) dos povos indígenas, apresentando ações climáticas

“Se 2025 foi o ano em que o fundo ampliou sua presença nas discussões globais, foi também o ano em que demonstrou, na prática, que a defesa política só se torna significativa quando se traduz em mais recursos, direitos mais sólidos e maior capacidade de ação nos territórios dos povos indígenas.”

concretas para incorporação nos compromissos nacionais. Também participou da Pré-COP da Rede de Fundos Comunitários da Amazônia - RFCA, que resultou em uma declaração política destacando a urgência da crise climática e os riscos associados ao fato de a Amazônia chegar a um ponto sem volta. Enquanto isso, a Pré-COP dos povos indígenas da Bacia Amazônica serviu como um importante espaço para o alinhamento político entre as organizações de povos indígenas de toda a região, fortalecendo posições comuns para o engajamento nas negociações climáticas globais.

Esse trabalho esteve intimamente ligado a outros processos estratégicos acompanhados pelo fundo ao longo do ano, incluindo discussões em torno do Fundo *Tropical Forest Forever* (TFFF), iniciativas lideradas pela Aliança Global das Comunidades Territoriais (GATC) e esforços conjuntos com a COICA. Em um momento em que os debates sobre financiamento climático reconheciam cada vez mais a importância do financiamento direto para os povos indígenas e as comunidades locais, o **Fundo Podáali** trabalhou para garantir que essas discussões permanecessem firmemente ligadas às demandas concretas que emergiam dos territórios dos povos indígenas.

Os resultados dessa estratégia tornaram-se cada vez mais visíveis ao longo de 2025. **Ao mobilizar aproximadamente 9,2 milhões de reais para apoiar suas atividades durante o ano, o fundo também garantiu cerca de 22 milhões de reais para implementação em futuros ciclos de financiamento, demonstrando uma expansão significativa em sua capacidade de captação de recursos.** O período também foi marcado pela renovação de oito parcerias institucionais e pela formalização de oito alianças estratégicas adicionais.

Entre as conquistas mais importantes, destacou-se a seleção do Fundo Podáali como um dos beneficiários da Iniciativa Coração da Conservação (Heart of Conservation Initiative da GEF/WWF), tornando-se a única organização brasileira entre as dez iniciativas selecionadas globalmente. O fundo também avançou para a fase final da Iniciativa Internacional para o Clima (IKI Small Grants), ampliou seu envolvimento com mecanismos multilaterais de financiamento climático e **anunciou uma nova parceria com a Fundação Real do Príncipe e da Princesa de Gales (Royal Foundation of the Prince and Princess of Wales), a Re:wild e a Rainforest Foundation Norway, com início da implementação previsto para 2026.**







© PODÁALI

A expansão das operações do Fundo exigiu investimentos correspondentes no fortalecimento institucional. Ao longo do ano, **o Fundo Podáli ampliou sua equipe** para quinze funcionários e continuou aprimorando seus sistemas e procedimentos internos. Um marco importante foi a **elaboração do Manual Interno da Secretaria**, destinado a fortalecer a continuidade institucional, a organização administrativa e a capacidade do fundo de responder às crescentes demandas operacionais. A experiência acumulada ao longo do ano também reforçou a importância de fortalecer os sistemas de monitoramento, melhorar a coordenação interna entre os departamentos, ampliar os mecanismos de acompanhamento das iniciativas apoiadas e continuar a investir no desenvolvimento da equipe e nas capacidades técnicas.

Esse fortalecimento institucional responde a duas realidades interligadas. Por um lado, o acesso a novas oportunidades de financiamento — particularmente por meio de mecanismos multilaterais — exige sistemas de governança, prestação de contas e administração cada vez mais sofisticados. Por outro lado, **ampliar a capacidade operacional do Fundo Podáli** também significa aumentar sua capacidade de responder às crescentes demandas provenientes dos territórios dos povos indígenas, que continuam a exceder em muito os recursos atualmente disponíveis. Conforme observa a equipe do fundo, cada chamada de propostas recebe e aprova um número significativamente maior de propostas do que aquelas que podem ser efetivamente apoiadas, destacando tanto a relevância do mecanismo quanto a necessidade urgente de ampliar o volume de recursos disponíveis para financiamento direto.

Ao mesmo tempo, **2025 também foi um ano de intenso engajamento territorial**. O projeto “Garantia dos Direitos Territoriais dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira” continuou apoiando processos estratégicos relacionados ao reconhecimento e à proteção territorial. **Entre os resultados mais significativos estão o reconhecimento formal do território dos povos indígenas Kaxuyana-Tunayana**, anunciado durante a COP30; **avanços no território dos povos indígenas Kapyra-Kanakury por meio da conclusão dos levantamentos fundiários e do Relatório de Identificação e Delimitação Circunstancial (RCID); a aprovação do RCID para o território dos povos indígenas do Riozinho do Iaco; avanços nos estudos relacionados ao território dos povos indígenas de Taquaritiua; e a continuidade das ações de proteção territorial no território dos povos indígenas de Ituna-Itatá.**

O ano também foi marcado pela continuidade e expansão dos mecanismos de apoio direto. A segunda edição da chamada de propostas “Povos Indígenas: Amazônia Resiste” **apoiou formalmente quarenta iniciativas em diferentes territórios da Amazônia brasileira**. Ao mesmo tempo, o fundo lançou o “Guardiãs da Amazônia: Mulheres dos Povos Indígenas em Defesa da Vida e da Justiça Climática”, **sua primeira iniciativa de financiamento dedicada exclusivamente a projetos liderados por mulheres dos povos indígenas. No total, quarenta e três iniciativas receberam apoio**, fortalecendo a liderança das mulheres na proteção territorial, na justiça climática e na defesa dos direitos coletivos.

Mais do que uma iniciativa isolada, **essa janela de financiamento representou uma resposta concreta a um dos desafios persistentes no âmbito do financiamento**

“Mais do que simplesmente participar de debates internacionais, o desafio foi transformar essas discussões em oportunidades concretas para fortalecer a proteção territorial, a governança dos povos indígenas e o acesso direto aos recursos em toda a Amazônia brasileira.”

climático: garantir que as mulheres dos povos indígenas tenham acesso direto aos recursos e sejam capazes de definir suas próprias prioridades de investimento. Nesse sentido, o **Fundo Podáali** buscou traduzir na prática discussões que estão frequentemente presentes em fóruns internacionais, mas ainda são insuficientemente refletidas na distribuição efetiva dos recursos.

Outra conquista importante foi o fortalecimento contínuo de iniciativas dedicadas à valorização dos sistemas de conhecimento dos povos indígenas. O **Prêmio de Ciências dos Povos Indígenas: soluções ancestrais para o clima, a Amazônia e toda a vida** recebeu 170 inscrições e ampliou significativamente seu alcance ao longo do ano. Por meio da mobilização de recursos adicionais, o **número de iniciativas apoiadas aumentou de quarenta e sete** para sessenta e sete, incluindo projetos focados em proteção territorial, soberania alimentar, comunicação indígena, monitoramento territorial, brigadas comunitárias de combate a incêndios e fortalecimento organizacional. O fundo também apoiou o Prêmio **A'ÚWĒ UPTABI MÃ DA'U'ÖBÖ** Xavante, desenvolvido em parceria com líderes xavantes e organizações de povos indígenas em Mato Grosso, fortalecendo iniciativas coletivas em doze etno-regiões.

Por meio desses diversos esforços, o **Fundo Podáali** continuou a consolidar seu trabalho em várias frentes: proteção territorial, fortalecimento organizacional, ciências dos povos indígenas, liderança feminina e financiamento climático. Se 2025 foi o ano em que o fundo ampliou sua presença nas discussões globais, foi também o ano em que demonstrou, na prática, que a defesa política só se torna significativa quando se traduz em mais recursos, direitos mais sólidos e maior capacidade de ação nos territórios dos povos indígenas.

Olhando para o futuro, as prioridades do fundo incluem o desenvolvimento de seu próximo plano estratégico trienal, a criação de um mecanismo de financiamento orientado pela demanda, o fortalecimento dos sistemas de monitoramento e automonitoramento das iniciativas apoiadas e um envolvimento mais profundo com os mecanismos multilaterais de financiamento climático. Também está sendo dada atenção especial aos primeiros passos rumo à acreditação junto ao Fundo Verde para o Clima, reforçando o compromisso do **Fundo Podáali** de ampliar sua autonomia e fortalecer sua capacidade de conectar recursos globais às prioridades definidas pelos povos indígenas da Amazônia brasileira.

Fundo Podáali em números



USD 2.48 milhões

mobilizados para apoiar iniciativas lideradas por indígenas e a proteção territorial em toda a Amazônia brasileira

40 projetos apoiados

por meio da segunda chamada do programa “*Amazônia Indígena Resiste*”

43 iniciativas lideradas por mulheres

selecionadas na primeira chamada do *Guardiães da Amazônia*, dedicada exclusivamente a projetos liderados por mulheres



67 iniciativas indígenas

por meio do Prêmio Ciências dos Povos Indígenas, cuja meta inicial de 47 prêmios foi ampliada devido ao sucesso na mobilização de recursos



14 iniciativas apoiadas

por meio do Prêmio Xavante, beneficiando todas as 12 etnorregiões do povo Xavante



5 territórios indígenas apoiados

por meio de ações de direitos e proteção territorial, incluindo avanços na demarcação, estudos territoriais, processos de reconhecimento jurídico e medidas de proteção territorial



Nova expansão territorial aprovada

para o território Cué-Cué Marabitanas, incluindo o envolvimento de duas novas organizações executoras

Fundo REPALEAC



Da visão política à prática territorial

Para o Fundo REPALEAC, 2025 foi um ano de construção. Ao contrário de fundos territoriais mais maduros, que já se concentram em ampliar investimentos ou expandir carteiras de subvenções, grande parte **dos esforços do Fundo REPALEAC durante o ano foi dedicada à construção das bases** necessárias para que o financiamento liderado por povos indígenas **funcione em toda a Bacia do Congo**. Isso significou fortalecer instituições, consolidar sistemas de governança, testar abordagens de financiamento e criar as condições para que os recursos cheguem, eventualmente, às comunidades por meio de mecanismos projetados e administrados pelos próprios povos indígenas e comunidades locais.

O trabalho ocorreu em um contexto em que a necessidade de financiamento direto continua particularmente premente. Os povos indígenas e as comunidades locais estão entre os principais guardiões das florestas da Bacia do Congo, mas continuam a receber apenas uma pequena fração do financiamento internacional destinado ao clima e à biodiversidade. **Para o Fundo REPALEAC, o desafio é, portanto, não apenas aumentar o volume de recursos que chegam às comunidades, mas também construir a infraestrutura institucional capaz de gerenciar esses recursos de forma responsável tanto perante as comunidades quanto perante os parceiros externos.** O fundo foi concebido como um instrumento central para a implementação da visão estratégica mais ampla da REPALEAC para o

“O trabalho realizado pelo REPALEAC durante 2025 pode, portanto, ser entendido não apenas como uma preparação administrativa, mas como parte de um esforço mais amplo para construir capacidade institucional controlada pelos povos indígenas na Bacia do Congo.”

período de 2025 a 2030, articulando governança territorial, fortalecimento institucional, ação climática, conservação da biodiversidade e direitos indígenas.

Uma dimensão importante desse trabalho envolveu o fortalecimento da capacidade política e da liderança coletiva em toda a região. Ao longo de 2025, a REPALEAC organizou intercâmbios, consultas, reuniões e processos de aprendizagem envolvendo plataformas nacionais e organizações indígenas de toda a África Central. **Esses esforços foram reforçados pelo Primeiro Congresso Global dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais das Bacias Florestais (First Global Congress of Indigenous Peoples and Local Communities from the Forest Basins), realizado em Brazzaville.**

Mais do que uma conferência, o Congresso **representou um esforço para conectar as experiências dos povos indígenas e das comunidades locais de todas as regiões da GATC e das organizações membros, em torno de uma agenda política compartilhada.** A Declaração de Brazzaville (Brazzaville Declaration), resultante do evento, reafirmou o papel dos povos indígenas e das comunidades locais como atores centrais na proteção das florestas tropicais e exigiu sistemas de financiamento que sejam acessíveis, equitativos e sensíveis às prioridades territoriais. Para muitos participantes, **o Congresso também ajudou a situar a Bacia do Congo dentro de um movimento global mais amplo que busca**

transformar a forma como o financiamento para o clima e a biodiversidade é governado e distribuído.

Uma segunda dimensão do trabalho concentrou-se na consolidação institucional. Ao longo de 2025, a REPALEAC desenvolveu e aprovou um conjunto significativo de documentos operacionais e de governança que orientarão o funcionamento futuro do fundo. Foram definidas estruturas de governança, estabelecidas janelas de financiamento, elaborados procedimentos operacionais e desenvolvidos sistemas de transparência, prestação de contas, monitoramento, supervisão fiduciária e gestão de riscos. Também foram elaboradas políticas de salvaguardas ambientais e sociais, juntamente com mecanismos que abordam a igualdade de gênero, a inclusão social, a resolução de reclamações, a prestação de contas à comunidade e sistemas de aprendizagem.

Embora esses processos possam parecer altamente técnicos, eles respondem a um desafio enfrentado por muitos mecanismos de financiamento liderados por povos indígenas em todo o mundo. O acesso a fontes de financiamento maiores e mais diversificadas exige cada vez mais que as instituições demonstrem capacidade fiduciária, conformidade com as salvaguardas, sistemas de monitoramento e controles financeiros. Historicamente, essas funções têm se concentrado frequentemente em intermediários





externos, e não nas próprias organizações dos povos indígenas, especialmente em um continente que sofreu simultaneamente as maiores violências da história da humanidade: a apropriação colonial das terras e a escravidão. O trabalho realizado pelo REPALEAC durante 2025 pode, portanto, ser entendido não apenas como uma preparação administrativa, mas como parte de um esforço mais amplo para construir capacidade institucional controlada pelos povos indígenas na Bacia do Congo.

O desenvolvimento de sistemas de salvaguardas ilustra esse desafio particularmente bem. Ao longo do ano, o **Fundo REPALEAC** trabalhou para estabelecer políticas capazes de atender aos padrões internacionais, mantendo-se, ao mesmo tempo, alinhadas às realidades comunitárias e aos sistemas de governança dos povos indígenas.

Paralelamente a esse trabalho institucional, o ano de 2025 também marcou o início de uma experimentação prática com o financiamento territorial. Por meio de uma parceria **com a Iniciativa de Financiamento para a Conservação e os Direitos à Terra Comunitária (Community Land Rights and Conservation Finance Initiative – CLARIFI)**, o Fundo REPALEAC apoiou uma **primeira carteira de nove iniciativas comunitárias lideradas por mulheres em toda a Bacia do Congo.** Embora esses investimentos ainda não tenham sido canalizados por meio das próprias estruturas de financiamento do fundo, **a iniciativa funcionou como um importante laboratório de aprendizagem para compreender as prioridades das comunidades, testar procedimentos e identificar barreiras ao acesso.**

Um dos aspectos mais inovadores do projeto-piloto foi o uso do que o **Fundo REPALEAC** descreve como

uma “chamada aberta reversa”. **Em vez de pedir às comunidades que disputassem o financiamento por meio de processos complexos de apresentação de propostas, as organizações se envolveram ativamente com as comunidades para identificar suas prioridades, compreender suas necessidades e desenvolver, em conjunto, possíveis iniciativas.** Essa inversão do modelo tradicional de financiamento gerou lições importantes sobre as realidades enfrentadas pelas comunidades, que muitas vezes são excluídas das oportunidades convencionais de financiamento.

O processo revelou tanto a diversidade das prioridades territoriais quanto o grau em que muitas comunidades permanecem desconectadas dos sistemas de financiamento existentes. Para um número significativo de participantes, essa foi a primeira experiência de envolvimento com qualquer mecanismo estruturado de financiamento. O projeto-piloto, portanto, proporcionou oportunidades para compreender como as comunidades conceituam suas próprias prioridades, que tipos de investimentos consideram mais relevantes e que formas de apoio são necessárias para tornar o financiamento verdadeiramente acessível.

A experiência também destacou a importância da simplicidade. Muitos sistemas convencionais de concessão de subsídios dependem de formulários de inscrição extensos, requisitos complexos de prestação de contas e linguagem técnica que podem se tornar barreiras à participação. **Por meio do projeto-piloto, o Fundo REPALEAC experimentou abordagens simplificadas, projetadas para serem mais acessíveis às comunidades, especialmente às iniciativas lideradas por mulheres.** Espera-se que essas experiências sirvam de base para futuras janelas de financiamento e procedimentos de repasse de recursos.



Outro resultado importante foi o fortalecimento da participação das mulheres nos processos de governança local. Em vários territórios, o projeto-piloto contribuiu não apenas para apoiar iniciativas específicas, mas também para criar novos espaços para que as mulheres se envolvam com as autoridades locais, as estruturas de liderança comunitária e os processos de tomada de decisão. Como resultado, o projeto-piloto gerou lições não apenas sobre financiamento, mas também sobre governança, representação e inclusão.

Em conjunto, essas experiências ajudaram **o Fundo REPALEAC a ir além das discussões teóricas sobre financiamento direto e a começar a testar como a implementação poderia realmente se dar na prática.** Elas também geraram informações valiosas sobre as necessidades da comunidade, os desafios operacionais e os tipos de apoio institucional necessários para acompanhar investimentos futuros.

Em retrospecto, **2025 pode ser entendido como um ano que conectou visão política, preparação institucional e aprendizado territorial.** As perspectivas para 2026 refletem essa evolução. O fundo espera começar a redistribuir recursos por meio de suas próprias estruturas, incluindo apoio a um novo portfólio de projetos comunitários. **As parcerias em desenvolvimento com a Forests, People, Climate (FPC) e a Tenure Facility, combinadas com a participação bem-sucedida do REPALEAC no processo da Iniciativa Heart of Conservation (HCI/GEF-8), fornecem uma base importante para a próxima fase de crescimento.** Se 2025 foi um ano de capacitação, desenvolvimento de sistemas e construção de relacionamentos, espera-se que 2026 marque o início da implementação plena, com os recursos chegando cada vez mais às comunidades por meio de mecanismos projetados, governados e gerenciados pelos próprios povos indígenas e comunidades locais.



**Global
Alliance**
of Territorial
Communities

www.globalalliance.me

   [globalalliancet](#)